

ensaios 124

José William Vesentini

Professor Assistente Doutor no Departamento de Geografia
da FFLCH da Universidade de São Paulo

**A CAPITAL
DA GEOPOLÍTICA**



Coordenação editorial
Maria Carolina de Araujo

Capa

Ary Almeida Normanha

Edição de arte (miolo)
Antônio do Amaral Rocha

Produção gráfica
Elaine Regina de Oliveira

Preparação dos originais
Emílio Satoshi Hamaya

ISBN 85 08 01721 9

1986

Todos os direitos reservados
Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape, 110
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. telegráfico "Bomlivro" — São Paulo

SUMÁRIO

Nota prévia	5
Introdução	7
I. Sociedade, Estado e espaço — a problemática teórica da cidade-capital	14
1. A Capital e sua historicidade — Brasília e as analogias	14
2. Subsídios à crítica da geografia política	24
3. Geografia crítica e construção do espaço	34
4. Capitalismo, Estado-nação e espaço	45
5. A questão da geopolítica	52
Notas e referências bibliográficas, 172	
II. A interiorização da Capital Federal na perspectiva geopolítica	62
1. Uma controvérsia geográfica... e política	62
2. “Planalto Central” e “história de Brasília” — sobre o movimento da ideologia	68
3. Os argumentos geopolíticos	75
4. A nova Capital: operacionalização da geopolítica?	86
5. “Redemocratização” e controle social	91
Notas e referências bibliográficas, 191	
III. O governo JK e a construção de Brasília	101
1. Os “cinquenta anos em cinco”	101
2. Entre a superexploração e a cooptação	107
3. Integração territorial e regionalização	115
4. O projeto de dominação do empresariado industrial	123
5. Brasília e o nacional-desenvolvimentismo	133
Notas e referências bibliográficas, 204	

IV. O espaço urbano da nova Capital	140
1. O Plano Piloto e as cidades-satélites	140
2. A concepção urbanística	148
3. As contradições no interior do Plano Piloto	156
4. Brasília e o Estado tecnocrático	160
Notas e referências bibliográficas, 220	
Considerações finais	170
Fontes e Bibliografia	231

NOTA PRÉVIA

Este livro é, com ligeiras alterações, a tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em março de 1985, com o título *A capital da geopolítica*; um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília.

Somos gratos à banca examinadora — composta pelos professores doutores Manoel F. G. Seabra, Pasquale Petrone, Aldo Paviani, Bertha K. Becker e Maria Stella M. Bresciani — pelas sugestões e agudos comentários.

Gostaríamos de registrar também nossa gratidão pelos esforços realizados por Carlos Alberto Vesentini, que leu os manuscritos originais e forneceu valiosas sugestões.

E cabe a Manoel F. G. Seabra, orientador da tese, uma menção especial de reconhecimento pelo apoio e estímulo dados durante toda a pesquisa, além das críticas percucientes que admitem outros pontos de vista.

Mencionamos, ainda, nosso débito para com o CNPq, que durante dois anos nos brindou com uma bolsa de estudos.



INTRODUÇÃO

Começa a se tornar lugar-comum a afirmativa de que o espaço geográfico é produzido e reproduzido pelos homens em suas relações entre si e com a natureza. Produto da — e, ao mesmo tempo, condição material para a — práxis inter-humana sob determinadas peculiaridades de tempo histórico, ele é, outrossim, um espaço social.

Nesses termos, mesmo não sendo um reflexo imediato das condições históricas e sociais de seu presente, já que muitas vezes é herança do passado, uma certa característica do espaço — seja o traçado das ruas de uma cidade, o estilo arquitetônico de seus edifícios, sua localização em relação a outras partes do social onde se insere etc. — possui sempre íntimas relações com essas condições presentes, sendo por elas apossada. Apesar de mediar as relações societárias e, por isso, facilitar ou dificultar certos procedimentos e tendências, o espaço é transformado pela ação humana. Afinal, as bastilhas são tomadas, as versalhes perdem seu papel de capital, as ruas são alargadas, os prédios demolidos para novas construções, o espaço remodelado em função da história, da luta de classes.

Isso posto, como explicar adequadamente a implantação de Brasília? Como entender a transferência da Capital Federal do Brasil de uma cidade litorânea, situada em área densamente povoada, para uma porção do interior distante das grandes concentrações demográficas? Por que essa realização, efetuada num período tido como democrático e elogiada pela maior parte dos escritos acadêmicos que a abordam, acabou resultando numa obra extremamente apropriada para os inimigos da democracia, para o Estado autoritário?

A história recente é pródiga em exemplos a esse respeito. Eles podem ser colhidos no noticiário cotidiano dos órgãos de imprensa. Recordemos alguns, nas linhas abaixo:

Medidas de emergência foram decretadas ontem pelo presidente João Figueiredo para vigorar por 60 dias no Distrito Federal, sob

o argumento de proteger o Congresso Nacional de pressões de “agitadores recrutados em várias regiões do País” com a intenção de “pressionar e intimidar parlamentares no exercício de suas funções” [...]. As medidas de emergência incluem busca e apreensão em domicílio; suspensão da liberdade de reunião e associação; intervenção em entidades representativas de classes ou categorias profissionais [...] (*O Estado de S. Paulo*, 20/10/83).

(Tratava-se, do ponto de vista do Governo, de facilitar a aprovação de um decreto com inúmeras medidas econômicas que acabariam por recair sobre o poder de compra dos salários em geral, rebaixando-o.)

[...] em nota distribuída à imprensa, o general [Newton Cruz, executor das medidas de emergência] proibiu a entrada de veículos de transporte coletivo conduzindo pessoas com outra finalidade que não fosse a de natureza desportiva, artística, cultural, turística ou para encontro com autoridades. [Nesse sentido foram] colocadas barreiras nos postos policiais de acesso à Capital Federal (*Folha de S. Paulo*, 21/10/83).

Depois que o Governo decretou as medidas de emergência em Brasília, a Capital Federal não recebeu mais nenhuma das inúmeras delegações que costumavam visitá-la, sempre que o Congresso ou o Judiciário estavam por decidir alguma coisa de interesse de categorias profissionais (*Folha de S. Paulo*, 14/11/83). O presidente Figueiredo decretou ontem [novas] medidas de emergência no Distrito Federal e em 10 municípios de Goiás [...]. Pelo decreto [...] estão impedidas as gravações em vídeo-tape na região, que deverão ser examinadas previamente pela Polícia Federal, antes de levadas ao ar; nenhuma transmissão oral de estações de radiodifusão sonora poderá ser realizada sem a prévia aprovação do órgão competente [...]; e está proibida a formação de caravanas que possam ter fins políticos [...] (*Folha de S. Paulo*, 19/04/84).

(Neste caso, o Governo tratava de pressionar o Congresso para a rejeição de uma emenda constitucional que propunha eleições diretas imediatas para o cargo de Presidente da República.)

A geografia dá as pistas dos motivos pelos quais as dez cidades goianas foram incluídas na lista das medidas de emergência do Planalto, junto com Brasília: controlando esses municípios, o governo domina os acessos rodoviários e ferroviários para o Congresso Nacional [...] (*O Estado de S. Paulo*, 19/04/84).

Desde 1964, a grande preocupação de todos os governantes de Brasília foi a segurança. A cidade é uma fortificação sem muralhas. Primor de eficiência. Não só pelo número de unidades e efetivos militares. Principalmente, pelo refinamento e a rapidez com que o policiamento trabalha [...]. Não há mundo melhor!

As festas se sucedem, os salários são altíssimos, a graça dos favores é parte de rotina dos negócios oficiais. Nem parece que Brasília fica no Brasil. No seu cotidiano, não há tensões. Greves, desemprego e moratória são mazelas de um outro país [...] (*Senhor*, (128), São Paulo, 31/08/83).

Mordomias, privilégios, impunidade para os erros e negociatas, grandes festas em que milionários e “especiais” negócios são iniciados, boatos, intrigas, *lobbies* políticos e empresariais — a cidade [Brasília] é um mercado paradisíaco em que tudo tem seu preço e o importante é estar bem relacionado [...] (*O Estado de S. Paulo*, 11/05/84).

Poder-se-ia objetar que tudo isso também ocorreria caso a Capital Federal do País estivesse no Rio de Janeiro ou mesmo em São Paulo. É possível que sim. Todavia, nestas cidades certamente a implementação das medidas de emergência seria mais problemática, e maiores as formas de burlá-las; a proximidade com o Brasil do desemprego, das greves e tensões sociais maior; a segurança talvez menos eficaz, e as grandes festas mais discretas. Pois o espaço não é neutro. Ele não determina de forma alguma os acontecimentos, mas oferece obstáculos (mesmo que transponíveis) para certas ações e favorece outras. E Brasília como capital federal, convenhamos, se ajustou muito bem ao funcionamento desse Estado forte e distante dos interesses populares. Perscrutar o porquê desse ajustamento é um dos escopos deste trabalho. As explicações usuais — onde se considera que o autoritarismo pós-64 teria “desvirtuado” as belas intenções iniciais do plano de Brasília, que essa cidade hoje não é mais aquilo que Juscelino Kubitschek se propôs realizar etc. — não nos parecem convincentes. Assim sendo, acreditamos na conveniência de evitar a atitude, freqüente nessas explicações, de considerar como um *a priori* a natureza democrática do governo JK e do plano original de Brasília (tido por vezes até como socialista), e partimos para uma interrogação sobre as condições político-ideológicas que engendraram a nova Capital do Brasil.

Ao buscarmos na geografia política subsídios teórico-metodológicos para analisar a questão da cidade-capital, deparamos com as insuficiências dessa modalidade do discurso geográfico. Suas noções e formas de abordagem para tal questão nos pareceram inadequadas frente à perspectiva referida do espaço geográfico como social, como construção histórica. E as explicações geográficas sobre a implantação de Brasília, via de regra, omitem a luta de classes dessa realização, deixando assim de apreender a natureza política desse espaço construído. A título de exemplificação, reproduzimos a seguir algumas afirmativas comuns a esse respeito:

Há de admitir-se que a vida do Rio de Janeiro, embora agradável para turistas e visitantes estrangeiros, é dura para os que ali residem permanentemente. Com o advento dos automóveis, o traçado das ruas do Rio de Janeiro tornou-se intolerável. Os engarrafamentos se sucedem [...]. Em contraste, engenheiros e arquitetos brasileiros sonham com uma espécie de cidade ideal — uma cidade de largas avenidas, altos e modernos edifícios [...]. Lembra-se o êxito de Camberra e de Washington, ambas capitais planejadas [...]. Ninguém, que tenha experiência em planejamento urbano ou que seja capaz de contribuir para a melhoria da vida brasileira, deixará de responder ao desafio de construir uma nova capital, uma cidade planejada desde o início, sem os óbices de traçados de ruas já existentes ou de edifícios obsoletos (JAMES, Preston E. e FAISSOL, Speridião. *The Problem of Brazil's Capital City. The Geographical Review*, New York, American Geographical Society, 46(3):306-7, julho de 1956; trad. port.: O problema da Capital do Brasil. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, IBGE, 18(158), 1960. p. 775).

Cidade “artificial”, surgiu de uma *vontade criadora* que haveria de se manifestar na prévia definição de diversos aspectos materiais e formais [...]. O subdesenvolvimento comparece como um elemento de oposição, diante daquela “vontade criadora”, modificando os resultados esperados. [...] Vontade criadora e subdesenvolvimento do País são, pois, os termos que se afrontam na realização efetiva de Brasília. É de sua confrontação que a cidade retira os elementos de sua definição atual (SANTOS, Milton. Brasília, a nova Capital brasileira. *Symposium sur Brasilia*. Paris, CNRS, 1965. p. 370-1; reproduzido pelo Autor no livro *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 54-5).

O desejo de interiorização da Capital do Brasil foi manifestado pelos inconfidentes, por José Bonifácio, logo no início de nossa vida independente e consagrado nas diversas constituições republicanas. Essa vontade tem sido interpretada como um reflexo da rejeição, por parte do povo brasileiro, de todas as reminiscências coloniais, retirando a sede do governo de uma localização periférica em relação à configuração territorial do País [...]. Esta vontade reflete, ainda, o interesse do país independente em povoar o vasto território colocando a Capital no seu centro geográfico [...] (GEIGER, Pedro P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro, INEP, 1963. p. 425).

Politicamente, Brasília está construída no Interior para romper o domínio do mar na civilização brasileira [...]. A Capital representa o Ego coletivo do País. [...] O plano tem sido muitas vezes comparado com a forma de um pássaro ou de um avião. As asas Norte e Sul são zonas residenciais e o eixo monumental leste—oeste é o corpo. Brasília é um pássaro que pousou na terra [...]. Na psicologia de Jung, o pássaro é também um símbolo

de salvação, um sinal de espiritualização (TUAN, Yi-fu. *Topofilia*, São Paulo, Difel, 1980. p. 197-8).

Brasília [...] inaugura igualmente uma nova estratégia, aquela orientada não mais para o mar e sim para o interior do continente americano. Certo, a Capital do Brasil manifesta, por sua arquitetura, seu traçado e sua morfologia, uma vontade “modernista”, porém, as estruturas gerais que a alicerçam são as mesmas [que alicerçaram] a transferência de Moscou para São Petersburgo [...] (RAFFESTIN, Claude. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris, Litec, 1980. p. 173).

Afirmativas semelhantes poderiam ser multiplicadas, extraídas tanto de outras obras geográficas quanto de estudos realizados por sociólogos, historiadores, economistas, urbanistas etc. Contudo, não seriam realmente necessárias, pois já foram apresentadas suficientes citações de trabalhos de geografia (que, afinal, foi a disciplina acadêmica que mais se incumbiu do fenômeno cidade-capital) sobre a nova Capital do Brasil. O fundamental é que esses trechos reproduzidos, pinçados em obras expressivas *, deixam entrever alguns procedimentos comuns em praticamente toda a bibliografia que abordou a questão da implantação de Brasília. Antinomias abstratas, como a oposição entre a “vontade nacional” e o “subdesenvolvimento”, substituem as contradições e lutas entre os agentes históricos reais. No lugar do processo histórico efetivo que originou a construção de Brasília, referem-se à “vontade da Nação” — que teria sido expressa por Tiradentes, José Bonifácio e outras personagens da “nossa história” — em interiorizar a Capital Federal, colocando-a no “centro geográfico do Brasil”. Muitas vezes simples analogias (seja com Washington, com São Petersburgo ou com outras cidades-capitais de diversas épocas e sociedades) acabam por dispensar maiores explicações sobre a transferência da Capital do País para Brasília. E uma certa percepção do planejamento como a racionalização da política ou do “crescimento caótico” das cidades leva à apologia do plano original de Brasília, visto como símbolo da “cidade ideal” ou da “esperança da Nação num futuro sem subdesenvolvimento”.

* Convém notar que boa parte desses trabalhos citados não possui na implantação de Brasília o seu principal alvo de preocupações e todos eles são significativos na produção geográfica, quer como obras já tornadas clássicas da geografia tradicional, quer como alternativas recentes de renovação — por diferentes vias — dessa formação discursiva. Nesse sentido, os trechos citados foram por nós selecionados apenas como demonstrativos dos imbrólios na abordagem da questão de Brasília como cidade-capital, e nunca como uma pretensa avaliação crítica de cada obra.

Nessas condições, julgamos que um estudo sobre a implantação de Brasília deveria implicar uma reconstrução, ao menos parcial, da abordagem geográfica do político. E como etapa necessária desse empreendimento surge a apreensão crítica da geografia política, com a análise de seus pressupostos e de suas teorias e noções mais comuns utilizadas para enfocar o tema cidade-capital. Tal empresa foi levada a cabo no primeiro capítulo deste trabalho. Aí também foi examinado o significado pleno de “construção do espaço”, categoria que subsume toda dimensão espacial da práxis inter-humana sob o capitalismo e onde a questão de Brasília como cidade-capital ganha sentido.

Na busca das determinações que tornaram Brasília possível, na crítica à geografia política tradicional e na percepção do espaço como condição e produto das lutas de classes, acabamos nos deparando com o enigma da geopolítica. Pouco a pouco, ficamos convencidos de que nenhum estudo sobre a implantação de Brasília, ou mesmo sobre a instrumentalização do espaço pelo Estado moderno, pode elidir um exame referente a esse discurso (e prática política). Nosso estudo relativo à geopolítica, encetado já no primeiro capítulo, prossegue no segundo desta obra quando examinamos a questão da interiorização da Capital Federal no pensamento geopolítico brasileiro.

No terceiro capítulo procuramos compreender a edificação de Brasília e a transferência da Capital Federal no contexto do governo JK, em interligação com outros aspectos relevantes desse período, tais como o avanço industrial e o Plano de Metas, a criação da Sudene e a ideologia nacional-desenvolvimentista. A implantação de Brasília, ocorrida no bojo de um processo — que encerra toda uma dimensão geopolítica — de reordenação espacial do território nacional, de uma (nova) regionalização do Brasil, foi analisada numa perspectiva que privilegia o político como fundante, observando-se os momentos de acirramento nas lutas de classes e o projeto de dominação do empresariado industrial tornado vitorioso.

Também o espaço urbano da nova capital foi objeto de estudos, expostos no capítulo 4 deste trabalho. As diferenças entre o Plano Piloto e as cidades-satélites, a natureza do plano original da cidade, as segregações e contradições espaciais de Brasília, todos esses elementos locais refletem igualmente, embora num nível específico, as relações entre a cidade-capital e a sociedade brasileira como um todo. Esses elementos da cidade não poderiam ser omitidos, portanto, numa investigação sobre as relações espaço/política a partir da transferência da Capital do País para Brasília.

Denominamos geográfica a esta obra * não por considerarmos que ela estaria enquadrada numa “definição do campo de estudos específico”, numa delimitação apriorística da pesquisa que seria própria à geografia, mas sim porque a engendramos *a partir de* — e simultaneamente *em oposição a* — toda uma tradição de pensadores que se reconheciam (ou reconhecem), e são socialmente reconhecidos, como geógrafos: Jean Brunhes, Camille Vallaux, Léo Waibel, Yves Lacoste e outros. A partir deles porque acreditamos que nosso estudo retoma e dá continuidade, num certo sentido, a uma problemática que aí encontra seus artífices. Em oposição a eles porque não se tratou de “aplicar” seus métodos e conceitos na abordagem de um caso específico; tratou-se, isto sim, de se contrapor a essa tradição (que, evidentemente, não é unívoca), de criticá-la com vistas a superá-la, de abandonar algumas de suas veredas abrindo outras.

Foi dito alhures que a geografia é (e será) aquilo que produzem os geógrafos, isto é, um corpo teórico constituído (embora problemático) e um vir-a-ser em constituição, em aberto. A assertiva torna-se mais plenamente verdadeira na medida em que entendemos o geógrafo como personagem imersa no social, nas suas condições históricas, distante, portanto, da imagem sugerida pela consciência (*res cogitans*) cartesiana. Tal atitude implica reconhecer que o discurso geográfico não é proferido de fora do “objeto” — o estudo “sobre” o espaço —, mas, ao contrário, ele deve ser tomado como parte constitutiva desse espaço social, sujeito às suas indeterminações, interligado às práxis que transformam esse real. Nesse sentido, nosso trabalho pretendeu alargar as fronteiras do possível na análise geográfica, recusando qualquer “modelo” pronto e partindo de uma indeterminação de origem, de questões propostas pelo/ao real (aí incluindo-se a bibliografia que o teoriza).

Algumas dessas questões foram respondidas, outras reelaboradas, e outras, novas, surgiram a partir de nosso labor. Até que ponto nosso esforço resultou numa contribuição efetiva para a compreensão da implantação de Brasília como cidade-capital e, ao mesmo tempo, para a renovação da geografia política, só o tempo o dirá. Mas o tempo como história, na qual encontra-se incluída, entre outras coisas, a polêmica teórica.

* O subtítulo original deste trabalho, ao ser defendido como tese de doutoramento, era “Um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília”.

I

SOCIEDADE, ESTADO E ESPAÇO — A PROBLEMÁTICA TEÓRICA DA CIDADE-CAPITAL

Outrora, entrava-se em combate com uns poucos soldados; ferravam-se pequenas batalhas e faziam-se prolongados sítios. Hoje, travam-se grandes batalhas e, desde que seja possível marchar livremente para diante, corre-se à capital, a fim de terminar a guerra de um só golpe. Napoleão, ao que se diz, inventou esse sistema. Mas não dependia de um homem, fosse ele qual fosse, a criação de um sistema semelhante. A maneira pela qual Napoleão fez a guerra lhe foi sugerida pela situação da sociedade de seu tempo, e lhe deu o êxito porque era maravilhosamente apropriada a essa situação [...].

ALEXIS DE TOCQUEVILLE

1. A Capital e sua historicidade — Brasília e as analogias

“Une capitale n’est pas absolument nécessaire à l’homme”, escreveu Senancour.¹ De fato, nas sociedades onde não existem dominantes e dominados, que lutam “contra o Estado”², não há nenhuma razão para haver cidades ou aglomerados que funcionem como capital. Mas, por outro lado, não há sociedade política sem um local — mesmo provisório — que sedie a cúpula do Estado, onde se exerça o governo.

“Não há Estado sem capital”, afirmaram Brunhes e Vallaux³, complementando ainda que:

Esta pode ser, segundo a nação ou o Estado, um grupo de tendas de palha ou de cabanas de madeira, um campo permanente, uma aldeia diminuta ou um centro urbano como Londres ou Paris;

pode ser fixa ou móvel, permanente ou provisória; porém, sob esses diversos aspectos, encontra-se sempre o indispensável órgão central do Estado, ponto de concentração dos meios e base do pensar e da vontade dirigentes [...]. Seu futuro é aquele do Estado cuja organização ela coroa.⁴

A capital — sua localização no território, seus fluxos com as diversas unidades do território sob o domínio desse Estado, seu traçado urbanístico e suas linhas arquitetônicas — representa um aspecto visível, material, espacial enfim, das relações e imbricações entre o Estado e a sociedade onde ele existe.

Com frequência, ocorreram casos de mudanças significativas nos objetivos do governo, ou na correlação das forças políticas, e que resultaram em transferências da cidade-capital. Inúmeros exemplos podem ser citados. Após a guerra da independência norte-americana, os Estados federados resolveram de comum acordo escolher um local considerado “neuro” (que não estivesse sob a influência imediata de apenas um dos 13 Estados, não sendo, portanto, nenhuma cidade importante da época, como Boston, Nova York ou Filadélfia) para aí construir a Federal City, mais tarde Washington.⁵ São Petersburgo (Petrogrado, hoje Leningrado) foi fundada por Pedro, o Grande, nas proximidades do mar Báltico, num momento de expansionismo do Império russo para oeste.⁶ Madri foi fundada no século XVI, com vistas ao domínio sobre as tendências centrífugas: Filipe II achou ser esse local central mais adequado para a obra de centralização política e para vigiar com igual distância a Galícia, Múrcia, Andaluzia e Catalunha.⁷ No final do século XVII, Luís XIV deu início à construção de Versalhes, que substituiria Paris como capital político-administrativa da França (ou, de forma mais apropriada, como local-residência da corte), por haver nessa cidade alguns motins populares, muita pobreza e aglomerações.⁸

Por outro lado, todavia, a capital não pode ser estudada isoladamente de seu contexto histórico, das condições econômicas, sociais e políticas onde se situa. Não é possível elaborar-se uma teoria das cidades-capitais que abranja num mesmo esquema a Roma da Antiguidade, a Madri do século XVI e a Brasília de hoje. Isso seria praticamente o mesmo que estabelecer uma teoria da população única para todos os modos de produção⁹, ou então “fundamentos de economia” comuns para todas as múltiplas formas de historicidade — desde sociedades ditas sem história até o capitalismo avançado, passando pelo feudalismo, por Atenas ou Esparta no século V a.C. etc.¹⁰ É evidente que existem alguns elementos comuns nas capitais das diversas sociedades de Estado, presentes ou pretéritas, assim como existem genéricas caracterís-

ticas econômicas ou demográficas em comum nas inúmeras sociedades humanas. Entretanto, esses elementos ou caracteres em comum são tão genéricos que pouco ou quase nada explicam sobre o papel real desempenhado pela capital no Estado e na sociedade específicos onde ela encontra sua razão de existir.

Dessa forma, uma transferência da capital no território, uma reurbanização em seu espaço construído ou uma alteração em seu papel político-administrativo são acontecimentos que não derivam de pretensos "princípios gerais" do Estado ou da capital, mas que efetivamente resultam de determinações sociais, de uma série de condições históricas — desde algumas mais estruturais, aquelas próprias da época ou dos fatores básicos à reprodução do sistema sócio-econômico, até as que são mais conjunturais, próprias de um momento específico (tais como alterações na hegemonia de grupos sociais no interior do aparato do Estado, ou até mesmo motivações psicológicas de algumas personagens-chave, que constituem um fator de suma importância para certos casos, principalmente num Estado absolutista) —, condições essas que no seu entrecruzamento engendram a racionalidade inerente a cada ato singular. Mas a racionalidade social não é semelhante à mecânica ou à matemática, que se inscrevem no campo do determinado *a priori*, da necessidade absoluta, e sim uma determinação que se abre ao indeterminado como possibilidade do novo, como necessidade em permanente tensão com a contingência.¹¹

Assim, mesmo sem traçar uma análise pormenorizada, pode-se afirmar que a construção de Washington está indissociavelmente ligada a uma certa concepção bastante datada de federalismo e democracia, entre outros fatores. Nas palavras de um autor que analisa a democracia norte-americana pouco mais de três décadas após a inauguração dessa capital, temos que:

As treze colônias que, simultaneamente, abandonam o jugo da Inglaterra, no fim do século passado, tinham [...] a mesma religião, a mesma língua, os mesmos costumes, quase as mesmas leis, lutavam contra um inimigo comum e por isso deviam ter fortes razões para se unirem intimamente uma às outras e se absorverem numa só e mesma nação. Entretanto, tendo sempre tido uma existência à parte e um governo ao seu alcance, cada uma criara para si interesses e usos particulares e repugnava aquela união sólida e completa que teria feito desaparecer a sua importância individual numa importância comum.¹²

E ainda:

Há países onde um poder de certo modo exterior ao corpo social age sobre ele e o força a marchar em certa direção. Outros